



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6674 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES SOBRE VIVÊNCIAS FORMATIVAS DE PROFESSORES( AS)**

Patricia Novais dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Edinolia Portela Gondim - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO: primeiras aproximações sobre vivências formativas de Professores( as)**

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado a uma pesquisa inicial de mestrado em que discutimos a formação de professores de Jovens e Adultos- EJA que atuam em escolas do Campo. A proposta é discutir as vivências formativas dos professores que atuam nas series iniciais das turmas de EJA da zona rural de Floriano no Estado do Piauí.

De acordo com a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB)(BRASIL, 1996), a EJA é uma modalidade da educação básica que compreende as etapas do ensino fundamental e médio, a referida modalidade possui especificidades próprias que carecem de entendimento e interpretação por parte dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, isso porque as pessoas que procuram esta modalidade precisam ser alfabetizadas e/ou não tiveram o acesso ou a oportunidade de concluir o ensino regular na idade considerada própria, deixaram os bancos escolares há alguns anos e hoje retornam à escola nessa modalidade, na esperança de que o saber escolar lhes possibilitem resgatar ou conquistar o seu lugar na sociedade e no mundo do trabalho, bem como a sua autoestima que, muitas vezes, ficou abandonada juntamente com a sua escolaridade, na juventude, por motivos adversos.

A Educação do Campo- EC é fruto da luta dos movimentos sociais que a compreendem como uma política pública que deve possuir uma proposta pedagógica que atenda às necessidades formativas da comunidade campesina. Segundo Freitas & Silva (2016, p. 556)

“é um movimento nacional que prioriza os sujeitos do campo e os impulsiona a construir uma identidade própria de homem e da mulher do campo, de educação e de escola”. Sobre isso, a LDB preconiza no seu Art.28 que na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações para atender as especificidades de cada região (BRASIL,1996).

Entendemos a educação como um direito também das pessoas Jovens e Adultas que residem no Campo e que para que esse direito seja garantido é necessário entre outros elementos que os professores tenham uma formação para além do domínio dos conteúdos e dos códigos, uma formação que os possibilitem alcançar e entender o contexto em que os educandos vivem.

A EJA e a EC carregam em si o papel de justiça social e os educadores envolvidos nesse processos de ensino, precisam valorizar as experiências e a carga cultural dos educandos, bem como, a cultura e os modos de convivência do contexto em que a escola está inserida. Com base nessa premissa justificamos o nosso estudo, na intenção de investigar quem são esses sujeitos professores que educam esses alunos e alunas das escolas da EJA campo, no Município pesquisado; qual a formação que tiveram e como se processou suas vivências formativas. Para tanto, objetivamos: Analisar as trajetórias formativas dos professores que atuam na EJA no campo em Floriano/PI

Nesta perspectiva, pretendemos averiguar as determinações legais para formação de professores EJA no campo, além traçar o perfil dos professores que atuam nas séries iniciais da EJA campo na cidade lócus da pesquisa e discutir sobre o percurso formativo dos(as) professores(as) da EJA campo das series iniciais do município.

Pretendemos percorrer o caminho da abordagem qualitativa de modo explicativa procurando conectar as ideias para compreender causas e efeitos, será uma pesquisa qualitativa por entender que é a abordagem que melhor se enquadra dentro da nossa perspectiva e também porque alcança questões particulares que não podem ser quantificados (MINAYO, 2012). Buscaremos compreender as trajetórias formativas dos professores tendo como base suas vivências, que de acordo com Monteiro(2004), são experiências de vida que deixaram marcas nos indivíduos e que interpelaram as concepções, crenças, atitudes que influenciaram as escolhas e transformações que ocorreram durante o seu percurso de vida. Além disso, nos apropriaremos dos delineamentos documentais e revisitaremos autores como: Freire (1987), Certeau (1994), Capucho (2012), Martins(2013), Arroyo (2014), Carreira(2014), Branco (2015), que nos ajudarão a pensar e repensar as vivências formativas dos professores sujeitos da pesquisa.

## 2 DESENVOLVIMENTO

No **Brasil**, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019[1], a taxa de **analfabetismo** das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em **6,6%** (11 milhões de analfabetos). O Piauí tem o terceiro maior índice de analfabetismo no Brasil entre o grupo de 15 ou mais anos de idade em 2019. De acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o nosso Estado vem mantendo um desempenho estável ao longo dos anos entre o público de 15 anos ou mais que não sabe ler um simples bilhete e, por isso, apresentou uma taxa de 16,% de analfabetismo. O Piauí ficou atrás do Estado do Alagoas que teve uma taxa de 17,1% e do Estado da Paraíba com 16,1% de pessoas não alfabetizadas com mais de 15 anos,

considerando as pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo do Piauí é de 41,3% .

Dentro desse cenário, encontra-se geograficamente o município de Floriano que possui atualmente 09 escolas que ofertam a modalidade que nos propomos a estudar, sendo 02 na zona urbana e 07 na zona rural. O perfil dos discentes que frequentam a EJA não difere da maioria dos alunos(as) da modalidade no Brasil. Estudos realizados por Martins(2019) sobre as matrículas dos(as) alunos(as) da EJA em Floriano em entre os anos 1996[2] a 2016 mostram que as matrículas na zona urbana vem diminuindo ao longo dos anos, já a zona rural vem caminhando em sentido contrário tendo o número de matrículas aumentado mais de 100% entre os anos de 2010 a 2016[3].

Pensando nisso, consideramos relevante o papel da escola do e no campo, para além da escolarização, a construção e afirmação da identidade do homem e da mulher do campo. Na esteira dessas reflexões, destacamos a formação dos docentes, bem como, suas vivências formativas que reverbera no direito à educação de qualidade social para os alunos EJA do campo.

Reafirmamos que a EC é um direito resultante de inúmeras reivindicações por políticas afirmativas para promover uma escola de qualidade do/no campo e que atenda as diversidades culturais e sociais das comunidades camponesas. Em relação a essa questão Arroyo (2014, p.169) destaca que:

Ao se afirmar existentes, visíveis, humanos, cidadãos, membros legítimos da comunidade econômica, social, política, cultural exigem política de ação afirmativa, na contramão das políticas e programas que o Estado lhes oferece, compensatórias, de mérito, de inclusão. Políticas de ação afirmativa, de reconhecimento positivo das diferenças sociais, de gênero, étnicas, raciais, do campo. Políticas que vão além do universalismo individualista que, ao ignorar as diferenças, termina ocultando-as e segregando-as como inferioridades. Como deméritos de origem.

O autor supracitado ainda reflete a cerca das contribuições das lutas dos movimentos sociais em favor de práticas educativas menos segregadoras e inferiorizantes construídas a partir das vivências dos educandos destas comunidades. Essas ações de resistência e de autoafirmação e autovalorização cultural tem contribuído ao longo dos anos para a criação e efetivação de conjunto de leis que visam assegurar um projeto educacional que atenda as demandas culturais e sociais do homem e da mulher do campo.

Documentos como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 ; Resolução CNE/ CEB nº 2/2008; Parecer CNE/CEB nº 1/2006; Resolução CNE/CEB nº 4/2010 e Decreto 7.352/2010, elevaram a Educação do Campo à condição de política de Estado dando direcionamento para a promoção de uma educação pautada na valorização da identidade camponesa, da cultura da comunidade e na busca de uma visão crítica do meio em que os alunos estão inseridos, isso para citar algumas questões que fazem parte da educação do campo.

Na intuito de uma melhor aplicação dessas políticas a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 no seu Art. 13 assevera que a formação dos professores para atuar na Educação do Campo deve proporcionar :

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a

Se faz relevante que este educador compreenda o seu papel político neste processo de afirmação e que seja capaz de desenvolver práticas pedagógicas que contemplem as necessidades de valorização dos saberes e vivências do homem e da mulher do campo afim de construir conhecimento científico de acordo com realidade destes alunos.

A respeito da EJA, o Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL,2000) faz referência sobre a história da EJA no Brasil e sua importância como representação de justiça social para aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria, o autor do parecer assevera que os educadores para lecionarem na EJA devem receber uma formação que contemple muito além das exigências que já são feitas para os demais educadores, o docente da EJA deve receber uma formação que atenda a complexidade que envolve as características da modalidade. “Esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo”(BRASIL, 2000, p. 56).

Além da parte legal estudiosos e educadores preocupados com a qualidade social da EJA, defendem que o educador que se propõe trabalhar com esse público, deve compreendê-lo não apenas em seu aspecto escolar, mas, dentro de toda dinâmica que envolve a vida humana, porque estes sujeitos, por estarem privados das benesses da vida social, vivenciam de forma mais latente as mazelas da sociedade. Trazem em suas trajetórias de vida experiências concretas, aspectos da realidade que envolve situações para além dos bancos escolares. Desta forma, existe uma estreita relação entre não somente a formação técnica e exigida do educador, mais sobretudo, das suas vivências formativas, com a sua atuação junto à esses homens e mulheres.

Esta complexidade relaciona-se diretamente com o público que busca a EJA, reintegramos que estas pessoas trazem consigo características específicas que devem ser consideradas nas propostas pedagógicas existentes nas escolas que ofertam a modalidade. Geralmente estes alunos não tiveram a oportunidade do acesso à educação na idade exigida e tida como correta ou tiveram que abandonar a escola por diversos motivos, por exemplo, inserção no mercado trabalho, gravidez precoce ou até mesmo a falta de uma instituição de ensino nas proximidade de suas residências, o que é muito comum nas comunidades rurais. Ao retornarem ao ambiente escolar muitos desses alunos frequentam as escolas após um longo dia de trabalho o que ocasiona muito cansaço e impedimentos na assiduidade nas aulas.

Na esteira dessa lógica, Dantas (2019, p.34) pondera que a formação de docentes para atuar na EJA é uma responsabilidade urgente e muito complexa, o autor ainda aponta para as condições de trabalho que esses profissionais estão submetidos, pois a grande maioria dos que atuam no ensino noturno também trabalham no período diurno, e como os alunos também estão cansados no turno noturno.

Em concordância com estas afirmações pode-se perceber que os docentes que atuam na EJA Campo na cidade de Floriano vivenciam essas mesmas adversidades. Contudo, compreendemos que apesar da problemática atingir todo o contexto nacional, o município lócus da pesquisa tem as suas singularidades e particularidades, o que nos motivou também a realizar esse trabalho. Estudos realizado por Martins (2018) indicam alguns dos desafios enfrentados pelos professores EJA em Floriano, como formação, remuneração e condições de trabalho, em especial por se tratar de turmas multiseriadas. Apesar das grandes dificuldades expostas por eles, os educadores (as) dizem que trabalhar com o público da EJA é uma experiência muito significativa.

Pensando em todos os desafios enfrentados pelos professores EJA em especial os que

trabalham no Campo, e que apesar da problemática, encontram relevância e compromisso em desenvolver o trabalho, resolvemos investigar sobre suas vivências formativas, na perspectiva de alcançar além das formação inicial e continuada, conhecer as estratégias e buscas empregadas para desenvolver o trabalho em meio a tantas adversidades.

Portanto, pensando nessas questões apontadas previamente pelos próprios professores, que garimpamos por meio da pesquisa bibliográfica e entendendo a complexidade formativa necessária para atender essas duas modalidades e ainda a crescente busca da comunidade e da a escola da zona rural nos últimos anos, intentamos esse trabalho, trazendo duas questões problematizadoras: quem são esses os(as) professores(as) que atuam na EJA Campo em Floriano? Qual a formação que vivenciaram para atuar na EJA campo da mencionada cidade? O levante de tais questões evidentemente deve ser considerado a partir da compreensão de que esse texto ainda reflete os passos iniciais da nossa pesquisa.

### 3 CONCLUSÃO

Este trabalho faz parte das nossas reflexões iniciais sobre a pesquisa que desenvolvemos como mestranda, em que almejamos desenvolver a temática da formação do educador EJA campo, aprofundando sobre as vivências formativas dos professores sujeitos da pesquisa. A inclinação por essa temática decorre de nossas experiências como bolsistas em um projeto de extensão e pesquisa da Universidade Federal do Piauí –UFPI que tem teve como objetivo promover um curso de formação de professores para atuar nas series iniciais da EJA na cidade de Floriano. A partir das pesquisas para a construção do curso de formação conhecemos um pouco a realidade da EJA no município, e com base nessa experiência surgiu em nós o anseio de pesquisar formação de professores da EJA Campo.

Em Floriano existem sete escolas EJA Campo, que comportam em cada instituição 01 docente que atua em turma multisseriada ministrando todas as disciplinas. Assim, pretendemos trabalhar com 03 professores de escolas diferentes. Dentre os professores da rede serão escolhidos aqueles que tem maior tempo de atuação na EJA Campo. Percorrendo esse caminho que ora se traduz como inicial, almejamos responder o nosso objetivo de pesquisa.

### REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras Pedagogias**. Petrópolis: RJ Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Passageiros da Noite do Trabalho para a EJA: Itinerários pelo Direito a uma Vida Justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRANCO, Rosane Fátima da Conceição. **Educação de Jovens e Adultos: (des) compassos entre direitos, políticas públicas e qualidade educacional**. 1. Ed. Curitiba, Appris, 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília.2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13252-parecer-ceb-2000>> Acesso em:

27.05.2020

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf)>. Acesso: em 05.08.2020.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB Nº: 1/2006**. Dispõem sobre Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf)>. Acesso em: 05.08.2020

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em : <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)>. Acesso em :05.08.2020

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> > Acesso em: 05.08.2020.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)>. Acesso em: 05.08. 2020.

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARREIRA, Denise. **Gênero e raça: a EJA como política de ação Afirmativa**. In: CATELLI JR, Roberto. HADDAD, Sérgio. RIBEIRO, Vera Masagão. A EJA em xeque: Desafios das políticas de educação de jovens e adultos no século XXI. 2014, p.195-230.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTAS, Tânia Regina. **A formação de professores em educação de jovens e adultos (EJA) na perspectiva da inclusão social**. Revista de Educação, Ciência e Cultura (ISSN22236-6377). Canoas, v. 24, n. 1, 2019.

FREITAS, Katia Pinheiro. SILVA, Lourdes Helena da. **Reflexão e Análise da Formação de Educadores de Jovens e Adultos do Campo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 555-573, abr./jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623647950>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTINS, Andréia. SOUSA, J. G. de. **Formação docente em Floriano/PI: voz aos professores** In.: V Seminário de Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – V SEPEMO. Educação, História e Formação em Tempos de Crise. Lia M. F. Fialho, K. C. Vasconcelos e M. A. A. da Costa. Fortaleza: ED UECE. 2018.

\_\_\_\_\_, Andreia. Torres, Barbiton. **Matrículas na educação de Jovens e adultos no município de Floriano/PI(1996-2016)**. In: XII Encontro Maranhense de História da Educação. In: Anais do XII EMHE, ISSN: 2236-3971. Disponível em <[https://www.nedhelufma.com.br/eixo-3-artigos/a\\_m\\_b\\_de\\_a\\_t-pdf/](https://www.nedhelufma.com.br/eixo-3-artigos/a_m_b_de_a_t-pdf/)> Acesso em: 26.05.2020

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. **Afrorresilientes:** a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e criatividade. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.p.09-29.

MONTEIRO, Silas Borges; PIMENTA, Selma Garrido. **Quando a pedagogia forma professores: uma investigação otobiográfica.** 2004.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PALAVRAS-CHAVES: Vivências formativas; Formação de professores da EJA; Professores da EJA Campo

---

[1] Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

[2] O recorte foi feito considerando a LDB de 1996 que dispõe sobre a EJA como modalidade da educação básica. Apesar do recorte a SEMED de Floriano(PI) só possui dados das matrículas da EJA a partir do ano de 2001

[3] A pesquisadora informa no texto que somente foi possível obter informações da zona rural e urbana de forma separada entre os anos 2010 a 2016